



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES**  
**CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**PROCESSO PJECOR N.º: 0000110-58.2022.2.00.0808**

**UNIDADE JUDICIÁRIA: 2ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES - Comarca da Capital**

**JUIZ DESIGNADO: Dr. Evandro José Ramos Ferreira**

**ASSUNTO: Correição Virtual – 2022**

**RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL**

**2ª VARA DE FAMÍLIA DO JUÍZO DE CARIACICA/ES – COMARCA DA CAPITAL**

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **2ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 024/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 21/03/2022.

**1. METODOLOGIA UTILIZADA**

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **2ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

**2. ESTRUTURA FUNCIONAL**

### Juiz Responsável

Juíza	Vínculo	Ato
Evandro José Ramos Ferreira	Designado	Ofício DM nº 296/2020 - 05/03/2020

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 08/04/2022)

Registra-se, neste ponto, que o MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES, Dr. Fabio Brasil Nery, encontra-se respondendo como Juiz Auxiliar da Vice-Presidência do eg. Tribunal de Justiça no biênio 2022/2023, conforme Resolução nº 43/21 - 17/12/2021.

### Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Rosana Nunes Conceição de Almeida	Analista Judiciário Especial - QS - Escrivão Judiciário	-
Fabio Risso Errera	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituto - Ato nº 1604/12 - 27/09/2012
Amin Suhel Mussi	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Andréa de Crignis Brasil	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Giovana Lamberti Dias	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Attila Kuster Netto	Assessor de Juiz (Itinerante)	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 30/05/2022)


### Servidores à disposição de outras Unidades

Servidor (a)	Cargo	Observação
Nathalia Cossual Alvarenga	Assessor de Juiz	Exercendo suas funções no 2º Grau. Frequência atestada pela eg. Presidência.

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 30/05/2022 e contato com a Unidade Judiciária)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária** para a 2ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **completo**, contando com um servidor a mais do que a previsão mínima estabelecida em lei.

Ademais, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no *site* do Tribunal de Justiça<sup>1</sup>, a lotação real de servidores efetivos da Unidade é de 05 (cinco) servidores e a lotação paradigma é de 04 (quatro) servidores, vejamos:

 <b>TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO</b> TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Graus do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Referência: 01 de janeiro de 2022								
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO								
Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISIÇÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO
1	F - FAMÍLIA	2ª VARA DE FAMÍLIA	ES	CARIACICA	4	5	0	2

1 Disponível em: [http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1\\_jan2022-PADR%C3%83O.pdf](http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf) . Consulta realizada em 30/05/2022.

### 3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

#### Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de 2020	613	51
Janeiro a dezembro de 2021	884	74

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 30/05/2022)

#### Evolução do acervo

Ano	Acervo
2020	1.197
2021	1.459

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 30/05/2022)

#### Acervo atual

	Maio 2022
Total	1.588
Suspensos ou sobrestado	36
Remetidos para julgamento de recurso	05
<b>Tramitação ajustada</b>	<b>1.547</b>

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

### 4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

#### Processos conclusos

Indicador	1ª fase	2ª fase
-----------	---------	---------

Quantidade total de processos <b>conclusos</b>	<b>233</b>	<b>165</b>
Conclusos para <b>sentença</b> há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para <b>decisão</b> há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para <b>despacho</b> há mais de 100 dias	0	0
Conclusos para <b>ato diverso</b> há mais de 100 dias	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 30/05/2022)

## Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	90	88
Quantidade de audiências designadas para <b>mais de 4 meses</b>	1	1

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 30/05/2022)

## 5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

### Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 30/05/2022)

### Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	28	41

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 30/05/2022)

### Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	2	10

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 30/05/2022)

### Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	6	9

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 30/05/2022)

### Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	1	13

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 30/05/2022)

## Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	19	29

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 30/05/2022)

## 6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

### Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
65,9%	Meta <b>não cumprida</b>

### Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
123,8%	Meta <b>cumprida</b>

(Fonte: Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

## 7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

### 7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 23/03/2022, revelou a existência de **233 (duzentos e trinta e três)** processos em gabinete para análise do Magistrado, **não havendo registro de processos com excesso de prazo de conclusão.**

Em nova consulta realizada no dia 30/05/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve uma redução, permanecendo **sem processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.**

Vê-se, assim, que diante do ritmo de trabalho adotado pelo MM. Juiz, e na hipótese de sua continuidade, a unidade manter-se-á no seu curso regular.

Com relação às audiências designadas pelo Juízo, na 1ª fase da correição verificou-se que das 90 (noventa) audiências designadas, 01 (uma) estava com designação para mais de 4 meses. Em nova consulta, verifica-se que atualmente constam 88 (oitenta e oito) audiências designadas e, novamente, apenas 01 (uma) encontra-se marcada para mais de 4 meses.

Em suas informações, o MM. Juiz registrou que responde sozinho por duas unidades judiciárias e que estas demandam a designação de audiência na maioria das ações que nelas tramitam. Não obstante tem logrado manter as pautas com datas próximas.

Corroborando as informações do MM. Juiz, verifica-se que a única audiência designada para mais de 4

meses está agendada para 29/09/2022, ou seja, data bem próxima do prazo máximo recomendado.

Por fim, registra-se o bom desempenho da Unidade quanto ao cumprimento da Meta 2 CNJ, cujo percentual obtido no ano de 2021 foi de 123,8%. Entretanto, observa-se que a Meta 1 CNJ não foi cumprida, sendo atingido o percentual de 65,9%, devendo o Juízo adotar medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nas referidas metas.

## 7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos na 1ª fase e na 2ª fase da correição, foi possível verificar uma piora quanto às pendências verificadas, valendo registrar dois pontos que precisam ser observados com maior atenção pela secretaria, quais sejam: os **processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias** e os **mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça**.

No que se refere aos processos sem movimentação há mais de 100 (cem) dias, verifica-se que alguns processos permanecem sem movimentação há pelo menos 4 (quatro) meses, devendo a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Quanto aos mandados pendentes de devolução pelos Oficiais de Justiça, a Escrivã Judiciária informou que, da listagem extraída na 1ª fase da correição, 16 (dezesseis) mandados foram devolvidos e 03 (três) ainda estavam pendentes de devolução, em que pese as notificações efetuadas.

Compulsando a listagem atualizada de mandados pendentes de devolução, infere-se que 29 (vinte e nove) mandados estão sem devolução, sendo que alguns já contam com mais de 60 (sessenta) dias de distribuição.

Assim, deve a secretaria sempre observar o dispositivo no inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas, procedendo-se às devidas cobranças e comunicando os fatos ao Magistrado, caso não seja realizada a devolução dos mandados dentro do prazo.

Por fim, recomenda-se à secretaria que mantenha o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

## 8. DETERMINAÇÕES

### 8.1 Ao Juiz Designado

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<p><b><u>Encaminhe</u></b> impreterivelmente no prazo de <b>30 (trinta) dias, relatório detalhado</b> à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade;</p> <p><b><u>Adote</u></b>, doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;</p>

<b>Metas Nacionais CNJ</b>	<b><u>Adote</u></b> medidas concretas voltadas ao atendimento integral das <i>Metas Prioritárias</i> estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nas referidas metas.
----------------------------	--

## 8.2. À Escrivã Judiciária

EVENTO	DETERMINAÇÃO
<b>Juntada de petições</b>	<p><b><u>Regularize</u></b> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária;</p> <p><b><u>Observe</u></b>, doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico “juntada de petição de #{tipo de petição}” (código 85), quando da juntada física;</p>
<b>Mandados expedidos</b>	<b><u>Mantenha</u></b> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos <i>mandados judiciais expedidos</i> , em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <b><u>procedendo</u></b> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;
<b>Processos em carga externa</b>	<p><b><u>Providencie</u></b> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo;</p> <p><b><u>Adote</u></b>, no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;</p>
<b>Processos paralisados há mais de 100 dias</b>	<b><u>Trabalhe</u></b> efetivamente todos os processos paralisados inadequadamente em cartório há mais de 100 dias, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais, nos termos do artigo 153 do CPC;
<b>Cartas precatórias</b>	<b><u>Observe</u></b> , no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto nos incisos XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u> ; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a

apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo deprecante.

## 9. ORIENTAÇÕES GERAIS

### 9.1. Ao Juiz Designado

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Suspeição e Impedimento	<b><u>Observe</u></b> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;
Processos físicos	<b><u>Utilize</u></b> os atos judiciais dinâmicos (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema e-JUD, evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014;
Designação de audiências	<b><u>Fixe</u></b> como meta o prazo máximo de 4 meses para realização das audiências, observando os feitos prioritários e tendo por vetor a razoável duração do processo.

### 9.2. À Escrivã Judiciária

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Juntada de petições	<b><u>Proceda</u></b> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85);
Processos em carga	<b><u>Relacione</u></b> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <b><u>promova</u></b> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas;
Observância aos comandos exarados pelo Magistrado	<b><u>Fiscalize e implemente</u></b> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual;



**Processos aptos ao arquivamento**

Arquive os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento “arquivado definitivamente” (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício, bem como interfere na produtividade da unidade judiciária.

## 10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **2ª Vara de Família do Juízo de Cariacica/ES** necessita se adequar aos padrões delineados no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações à Sra. Escrivã Judiciária para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Ao Juiz designado por sua vez, foi determinado que adote medidas concretas voltadas ao atendimento integral das *Metas Prioritárias* estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça, impulsionando efetivamente os processos inseridos nas referidas metas.

Por fim, foi determinado ao Magistrado que apresente **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 30 de maio de 2022.

**Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA**

**Corregedor Geral da Justiça**



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 10/06/2022, às 14:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1182170** e o código CRC **6060E7FA**.